
**“O PARNASO OBSEQUIOSO” E O DISCURSO PERSUASIVO
FAVORÁVEL À ERUDIÇÃO DA METRÓPOLE NA COLÔNIA**
“O Parnaso Obsequioso” and the persuasive discourse in favor of the
metropolis erudition in the colony.

Marcela Verônica da Silva¹

RESUMO: Alguns textos do Brasil colonial demonstram o descontentamento a respeito da administração pública da metrópole e apontam para a ação exploratória e incapacidade de sustentação da sociedade. Com base nesta afirmação, pretende-se apresentar uma leitura do poema “O Parnaso Obsequioso” (1768), de Cláudio Manuel da Costa, pois este encerra elementos que comprovam um descontentamento em relação à falta de recursos intelectuais na região de Minas Gerais em meados do século XVIII. Tal insatisfação, porém, é manifesta sutilmente. Nos meandros do encômio, o poeta expressa suas sugestões de melhoria para sua capitania e deixa entrever seu perfil profissional ligado à política, por ter desempenhado a função de secretário de governo; ligado às leis, por exercer a advocacia; e às letras, por usar o ornamento poético para demonstrar o distanciamento intelectual entre a metrópole, Portugal, e sua colônia, Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: O Parnaso Obsequioso; Cláudio Manuel da Costa; Discurso Argumentativo; Portugal; Brasil.

ABSTRACT: Some texts from colonial Brazil demonstrate discontent with public administration of metropolis and point to the exploration and the inability to sustain the society. Based on this statement, it is intended to present an analysis of the poem “O Parnaso Obsequioso” (1768) of Cláudio Manuel da Costa, considering it contains elements that prove a discontentment over the lack of intellectual resources in the region of Minas Gerais in the mid-eighteenth century. Such dissatisfaction, however, is not evident. The poet declares subtly, in the intricacies of the encomium, suggestions of improvement for his captaincy and show his professional profile of man linked to politics, due to the work as secretary of government; man of the laws, once he exercised advocacy; and man of the letters, due to the use of poetic ornament to demonstrate the intellectual distance between the metropolis, Portugal, and the colony, Brazil.

KEYWORDS: O Parnaso Obsequioso; Cláudio Manuel da Costa; Argumentative Discourse; Portugal; Brazil.

INTRODUÇÃO

¹ Doutora, UNESP/Assis.

A definição de retórica é conhecida: é a arte de bem falar, de mostrar eloquência diante de um público para ganhar a sua causa. Isto vai da persuasão à vontade de agradar: tudo depende (...) da causa, do que motiva alguém a dirigir-se a outrem. O carácter argumentativo está presente desde o início: justificamos uma tese com argumentos, mas o adversário faz o mesmo: neste caso, a retórica não se distingue em nada da argumentação.

Michel Meyer, *Questões de Retórica: Linguagem, Razão e Sedução*

Este artigo tem por objetivo tecer algumas considerações a respeito da ideologia reivindicatória, implícita no discurso de Cláudio Manuel da Costa em seu drama “O Parnaso Obsequioso”, publicado em 1768. Trata-se de uma obra encomiástica, produzida em razão da comemoração do aniversário do Governador de Minas Gerais, José Luiz de Menezes, Conde de Valadares.

O manuscrito d’ “O Parnaso Obsequioso”, encontrado em Paris, foi concedido a Caio de Melo Franco, em 1931, por um livreiro avaliador que afirmava ter pertencido ao poeta José Maria Herédia. O drama, assim, foi publicado por Franco junto de outros poemas, e recebeu o título de *Obras Poéticas*.

A obra pode ser considerada diferente do *Culto Métrico* (1749) e *Munúsculo Métrico* (1751), primeiras produções do poeta mineiro, pois estas possuem um cunho predominantemente laudatório, enquanto “O Parnaso Obsequioso” revela um teor mais comprometido com a situação social e política, ou seja, expressa um tom de murmuração em relação ao abandono que se encontrava a região mineira em meados do século XVIII. As críticas dão-se nas entrelinhas do drama e essa atitude permite ao leitor reconhecer em Cláudio Manuel da Costa uma postura madura e crítica.

O referencial teórico adotado para a composição do presente artigo contou, principalmente, com a *Arte Retórica*, de Aristóteles (1995), e com as *Instituições Oratórias*, de Quintiliano (1944), que não são reconhecidas apenas como arte da persuasão, mas, antes de tudo, consideradas ciência de falar bem e agir com adequação e decoro. Esse referencial é nítido na obra de Cláudio Manuel da Costa que, como homem de sua época, fazia uso dessas fontes teóricas.

Sua produção, de modo geral, apresenta variações formais e ideológicas, marcas da evolução de um poeta em constante processo de aprendizagem. Sua obra tem início em Portugal, quando fora cursar cânones na Universidade de Coimbra, em 1749 (não se tem notícia de produção

anterior a esta) e tem fim em 1789, ano de sua prisão por envolvimento na Conjuração Mineira.

De acordo com Aguiar (1996), é possível associar a obra do poeta a três momentos distintos. O primeiro corresponde ao estilo dos poemas: *Culto Métrico* (1749), *Munúsculo Métrico* (1751) e *Epicédio* (1753), que propendia à estética barroca, uma vez que a formação inicial de Cláudio Manuel da Costa se dera no Brasil, quando frequentou o Colégio dos Jesuítas, em uma época na qual o modelo de ensino escolástico ainda era o que regia a educação. O segundo à publicação de *Obras* (1768) que, apesar de ainda manter alguns traços barrocos em meio à ideologia árcade, pode ser considerada como de transição. O terceiro caracteriza-se por uma postura mais crítica, a qual pode ser observada em “O Parnaso Obsequioso” (1768). Levando em consideração estas três fases da obra de Cláudio Manuel da Costa é que se pretende, a seguir, tecer uma análise d’ “O Parnaso Obsequioso”, uma vez que revela uma reflexão em torno da política instaurada no Brasil e da necessidade de ajustá-la à realidade local de Minas Gerais.

AS INTENÇÕES EM “O PARNASO OBSEQUIOSO”

As manifestações literárias do período colonial já demonstravam uma preocupação com as questões locais. Essa preocupação sofre uma gradação nas obras de Cláudio Manuel da Costa, tanto que essa atitude pode ser facilmente percebida em sua última produção, o poema “Vila Rica”, publicado em 1839. Este apresenta críticas abertas a membros do clero e ao monopólio comercial que se exercia na capitania no período da descoberta de ouro e da povoação de Minas Gerais. Tais traços também podem ser notados na construção das “Cartas Chilenas” (1789), poemas satíricos atribuídos a Tomás Antônio Gonzaga, mas que receberam contribuições de Cláudio Manuel da Costa e que circularam em Vila Rica com o fim de denunciar a administração e os desmandos dos componentes do governo.

Em *Obras* de 1768, Cláudio Manuel da Costa já demonstra em vários poemas traços de inquietação perante a rusticidade da terra brasileira. Tal rusticidade é mostrada, principalmente, pela descrição do cenário horrendo. O rio, por exemplo, de nome Ribeirão do Carmo, que cortava Vila Rica, comparado aos rios claros da Arcádia e da metrópole Portugal, eram “lamacentos”, “sujos” e “feios”.

Sérgio Alcides (2003) destaca, na obra de Cláudio Manuel da Costa, uma relação conflituosa entre a *persona* poética do autor e a paisagem mineira, cuja descrição infringe a primeira regra da poesia bucólica: o *locus*

amoenus da tradição virgiliana, que evoca uma paisagem campestre, com vegetação repleta de faias, olmos e salgueiros, em cujas sombras os pastores, entregues ao ócio, repousam e versejam. Nesse ambiente classicamente ordenado, há espaço para uma descrição mais sombria da natureza, que agia em conformidade com o estado de espírito de seu pastor. Porém trata-se de um artifício retórico que não compromete a cena amena e como todos os recursos ornamentais, esse também era regulado pela poética setecentista.

Em “O Parnaso Obsequioso”, a crítica amplia-se. Não apenas o cenário, mas a condução das atividades públicas pelo governo apresentam a exploração e a ambição, e tais atitudes concorrem para a falta de incentivo à cultura e às artes, áreas esquecidas, ofuscadas pelo ouro.

Na segunda metade do século XVIII, em Vila Rica, ocorre a instalação de um teatro regular: a chamada “Casa de Ópera”. Esse progresso para a região mineira foi recebido com entusiasmo pelos admiradores da arte e nada melhor do que exaltar a abertura deste espaço, para que a atitude fosse tomada como exemplo pelo governante homenageado.

As manifestações realizadas nesse espaço não foram informadas à posteridade. Assim, dos eventos que ocorreram no espaço, tem-se conhecimento apenas da apresentação do drama “O Parnaso Obsequioso”, de Cláudio Manuel da Costa e das óperas de Antônio José da Silva².

No frontispício da publicação do drama “O Parnaso Obsequioso”, Cláudio Manuel da Costa declara que a peça foi escrita “para se recitar em música” no dia 5 de dezembro de 1768, data do aniversário de D. José Luís de Menezes, Conde de Valadares, Governador e Capitão-General da Capitania de Minas Gerais.

As personagens ou interlocutores são apresentados em seguida. São elas: Apolo (Pai das musas e músico famoso), Mercúrio (deus da eloquência, inventor da lira, mensageiro de Júpiter para anunciar o *alegre dia*), Calíope (musa da eloquência e da poesia heroica), Clío (musa da história e inventora da cítara), Talia (musa da comédia e da poesia pastoril) e Melpomene (musa da tragédia e do canto).

A cena representada tem como cenário o *Monte Parnaso*, montanha da Fócida, na Grécia, consagrado às musas, ligadas às artes, que serão figuradas no drama. “O Parnaso Obsequioso” resulta, assim, num coro das musas e deuses olímpicos, presentes em razão do louvor ao aniversariante, o novo governador de Minas Gerais.

O tom laudatório aparece logo na apresentação, quando o poeta se diz “Criado pela Arcádia Romana” e se autodenomina “Vice-Custode da Arcádia Ultramarina com o nome de Glauceste Satúrnio” (CASTELLO,

2 Autor nascido no Rio de Janeiro; porém, sua obra é considerada portuguesa.

1969, p. 7). Dessa forma, subentende-se que o “Custode”, no caso o nome dado ao Presidente da Arcádia Romana, seria, naquele contexto, o próprio conde de Valadares e o poeta, em contrapartida, coloca-se em posição inferior ao governante, em atitude laudatória tomando para si a posição de “vice”.

Em seguida, inicia-se o poema com a sequência dos personagens mitológicos supracitados. O Conde, assim, seria louvado pelos protetores das artes (figuras míticas selecionadas por seu papel na tradição clássica). No verso: “Oh! Que alegre mudança que tudo” (PROENÇA, 1996, p. 309), percebe-se que esses deuses exaltam as mudanças de governo que o próprio Cláudio Manuel da Costa enxergava como a esperança de dias melhores para as Minas Gerais.

Essas personagens assumem um caráter alegórico que tem como objetivo a exposição das ideias do poeta de forma figurada e moralizante. Estes personagens aparecerão durante todo o drama, mesclados com a presença de nomes importantes dentro da nobreza lusitana, como é o caso do tronco dos Menezes, Noronha e Valadares.

As personagens presentes em “O Parnaso Obsequioso” podem ser caracterizadas como trágicas, pois o que importa no drama é mais a ação que os próprios personagens. Seu estilo apresenta musicalidade e tem a função de comover o ouvinte, pois o tom é apelativo, no caso, as Musas buscam despertar no Conde de Valadares a compaixão, para que ele leve a cultura à região das Minas.

Dentro do contexto letrado e político do século XVIII, o encômio era prática comum. Baseava-se nas relações de hierarquia, em que os louvores eram trocados por “favores” entre membros de uma mesma classe social ou entre classes sociais diferentes, visando (o autor) à benfeitoria de uma personalidade elevada. Seus protocolos orientavam-se por tópicos que se baseavam nos manuais retóricos e poéticos que, inclusive, aplicavam-se a encenações panegíricas. Concentrava-se em um conjunto de procedimentos que visavam garantir a medida aos efeitos da representação: nem excesso da adulação, exageração viciosa do louvor, que poderia fazer ver interesse; nem aspereza excessiva que poderia indicar inveja ou rusticidade. A eleição sempre das mesmas virtudes, o elenco de atos que as comprovavam, a descrição do feito, a atualização do elogio, a proporção das partes e a adequação dos ornamentos à ocasião estavam previstos nas preceptivas epidíticas da época e estabeleciam o lugar do súdito letrado que procura conseguir ou manter benefícios do Estado: ministérios, chancelarias, secretarias, ouvidorias etc.

O panegírico tinha como função principal a persuasão, ou seja, discurso que influencia por outros meios que não a argumentação, em

especial por recursos psicológicos. A eloquência no louvor dirigia-se, muitas vezes, aos homens que não mereciam louvor, excitando o receptor através de imagens e sentimentos elevados, fazendo com que o monarca melhorasse sua conduta política.

O tom encomiástico era comum à época em todas as manifestações públicas. “O Parnaso Obsequioso”, assim, pode ser considerado um drama circunstancial que se define pelas práticas laudatórias características da literatura e do teatro árcade. Seus versos e estilo observam a influência do poeta italiano Piero Metastasio, cuja obra, muito reconhecida em Portugal, marcou intensamente o teatro do século XVIII. Algumas características deste texto seguem, além do estilo de composição, as temáticas da obra metastasiana.

Aristóteles foi o primeiro filósofo a expor uma teoria da argumentação. Assim, a Retórica consistia em uma arte que visava descobrir os meios de persuasão possíveis para os tipos de argumentos. Nomeava as ações e as dividia em deliberativa, se o auditório tivesse que julgar uma ação futura; judicial, se o auditório tivesse que julgar uma ação passada; e epidítica, se o auditório não tivesse que julgar ações passadas nem futuras.

O ornato é um dos principais elementos do texto segundo a retórica e entra em consonância com o que se considera como o *falar bem*. Assim, de acordo com Quintiliano (1944, p. 33), o *Ornato* é a parte da Eloquência em que o orador adquire maior fama. “Com o ornato [...] e adorno do discurso o mesmo orador se faz recomendar; e ao mesmo tempo, que nas mais coisas ele procura o juízo e a aprovação dos sábios, aqui procura também o louvor popular”.

Em Quintiliano (1944, p. 109), há um excerto dedicado às formas de louvor aos homens: “O louvor dos homens tem mais variedade. Porque primeiramente se tira de três tempos, a saber: do que precedeu ao seu nascimento, de em que viveram, e do que se seguiu depois da morte nos que são já falecidos.” Entende-se que o louvor era uma forma comum na retórica ou oratória que correspondia ao encômio. No poema de Cláudio Manuel da Costa, nota-se a presença dos três tipos de louvor identificados pela arte retórica: o louvor à estirpe; o louvor às armas ou aos feitos mercedores de destaque na vida do homenageado e o louvor às próprias atitudes do conde.

No poema de Cláudio Manuel da Costa, nota-se a presença dos tipos de louvor identificados pela arte Retórica. O louvor à estirpe é um deles:

MERC. Ilustre e digno Ramo dos Menezes
Eu te vejo subir àquele assento
Que lá se te prepara

Junto aos teus grandes Pais: a série augusta,
Que vem do antigo, esplêndido Fernando;
Dos Duques de Guçijon te ordena
Ali lugar distinto
Ao lado de um Miguel, Conde primeiro
Do título imortal de Valadares;
Ali te cerca em roda
Um Álvaro, um Dom Carlos de Noronha
Que vem acreditada
Com influência digna
No filho adulto a paternal doutrina
(COSTA, 1996, p. 314).

O louvor às armas ou aos feitos mercedores de destaque na vida do homenageado é outro: “Eu o vi entre as Armas/ As ordens ministrar, com frente heroica” (COSTA, 1996). E o louvor ao indivíduo às próprias atitudes do conde:

MERC. [...] A delicada mão no Régio Hospício
Dos míseros enfermos,
Praticando o científico aforismo,
Enfraqueceu da morte o despotismo
(COSTA, 1996, p. 313).

O último tipo de louvor, o pós-morte, é apresentado juntamente do louvor à estirpe do conde. Os feitos memoráveis de sua família são resgatados como motivos de exaltação.

A nobreza de sentimentos é uma característica tão importante no soberano quanto a sua estirpe ou a sua inteligência. No que toca às diversas tópicas, a última a ser destacada no texto é a do *sobrepunimento*. Trata-se de uma comparação do homenageado em que ele seja o melhor dos termos da comparação. Assim, tem-se:

CALÍOPE. Eu sei que na piedade
Temístocles excede, e o fiel Zopiro
No valor, na constância
Vence os Cipiões, os Lélios, os Camilos
(COSTA, 1996, p. 313).

Tais tipos de louvor, além de seguirem o formato retórico, também podem ser estudados de acordo com a teoria proposta por Gracián (2005, p.56) quando cita: “Não segure a arma pela lâmina, que será ferido, mas pelo cabo que o defenderá... Quem é prudente considera os inimigos mais úteis do que o tolo considera os amigos... muitos devem a grandeza aos inimigos.” Este discurso, de acordo com a retórica, é prudente na medida em que, ao enaltecer a figura do conde de Valadares, Cláudio Manuel da Costa conquista sua simpatia e confiança, ao mesmo tempo em que adquire certa liberdade para sugerir condutas e mudanças, uma vez que se trata de um homem já experiente e renomado. Assim, sabe-se que o poeta mineiro realmente depositava grande esperança no governante, porém, utilizando de seu prestígio (o que garantia sua aproximação com o conde), acreditava que era natural ganhar a confiança deste para expor suas considerações e insatisfações.

O uso de tópicos retóricos é uma das formas de remissão à retórica antiga. O processo de construção dos argumentos está também presente em estruturas mais profundas. A composição do texto, assim, é organizada pelas ações passadas do Conde de Valadares, que demonstram sua experiência como governante, e as ações futuras, que projetam uma mudança positiva na região das Minas Gerais a partir de seu governo. Estes fatos são louvados no presente, pois isso significa dizer que, sendo quem foi, sempre herói e louvável, não se espera menos dele no governo das Minas. Pelo contrário, espera-se a superação em relação a todos os governos, características expressas pela *tópica do sobrepujamento*.

No entanto, a presença da retórica n’ “O Parnaso Obsequioso” vai além das características laudatórias. Nota-se que suas passagens reivindicatórias são sutis e frequentes ao longo do texto. No início do drama, por exemplo, Apolo pergunta-se:

APOLO. Mas que é isto? Inda as Musas em silêncio
No Parnaso se vêm? Não ouço ainda
O número sonoro,
A métrica harmonia,
Que deve festejar tão fausto dia!
Acaso entre vós outras
Se ignora, ó Musas, que hoje o lustro quinto
Se completa... (PROENÇA, 1996, p. 310)

Neste excerto, percebe-se certo tom de repreensão às Musas, que estavam em silêncio diante do aniversariante ilustre, o conde de Valadares. O silêncio poderia corresponder ao estado das Minas, principalmente no que

dizia respeito à falta de recursos para a cultura, uma vez que já é sabida a crítica de Cláudio à rudeza de seu país acostumado aos rugidos das feras. Esta e outras inúmeras passagens devem ser levadas em conta durante a leitura de textos de Cláudio Manuel da Costa, pois trazem características interessantes, pois reveladoras da personalidade de um poeta e de um contexto histórico nebuloso.

É importante observar a forma com que o poeta tece seu texto, fazendo com que as reivindicações por ele feitas não firam o decoro, pois a época em que vivia e a posição que Cláudio Manuel da Costa ocupava no contexto político, não permitiam uma ação evidente. É certo que, em 1768, o poeta já não era mais secretário do governo, porém, se esta função ainda era almejada, sua experiência em relação à situação econômica de sua “vila” também contava como ponto a seu favor. Ainda sobre a função de secretário, o desembargador da Relação do Porto, na sua Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais (1780), esclarece que:

O Secretário do Governo de Minas Geraes é quem governa e secretaria, e quem escreve todos os papéis do expediente d’ella. Tem um official que recebe de cada um dos papéis, de que se pagam emolumentos, a parte que lhe está assignada. [...]. Este emprego de Secretário é de uma grande consideração, e deverá sempre ser exercitado por pessoas de talentos conhecidos, instruídas, e honradas por seus nascimentos (COELHO *apud* FRANCO, 1931, p. 45).

Seu papel como secretário de governo conferia a seus escritos o chamado argumento de autoridade.

[...] o argumentador usa o argumento de autoridade quando se vale do ensinamento de uma personalidade reconhecida e prestigiada em determinada área do saber para confirmar uma tese. Justifica-se, pois, uma afirmação baseando-se no valor de mestres que pensam semelhantemente à proposição apresentada. Tal argumento é também conhecido pelas denominações *argumentum magister dixit* ou *ad verecundiam*. O argumento de autoridade extrai grande parte do poder persuasivo em virtude da presunção de imparcialidade e da presunção de conhecimento. A citação da doutrina, da legislação e da jurisprudência representa o emprego mais comum do argumento de autoridade no discurso forense. Segundo lembra Fetzner (2009, p.72), mesmo não tendo

formação acadêmica, um indivíduo pode exercer o papel de autoridade. Provavelmente, um agricultor terá os conhecimentos necessários para saber se o solo de uma propriedade é ou não adequado ao plantio de determinada cultura. De semelhante maneira, alguém se torna autoridade quando é sustentado pela representatividade social que detém. Incluem-se nesse caso um líder comunitário, um pastor de uma igreja, entre outros exemplos possíveis de assinalar.³

A citação a seguir ilustra melhor as palavras, por meio das quais o poeta expressa a sua inserção na política local, revela seus conhecimentos e exalta o poder administrativo do conde, capaz de melhorar a situação do povo das Minas:

As carregadas frotas, à prudente
Direção de seu mando,
Os portos encherão, crescendo o Erário;
Netuno generá, os Tritões verdes,
Desde o centro das águas
A ser calcadas de pesados lenhos,
As azuladas costas
Estender quererão...a tanta glória
Me assombro, me confundo! Ó santo auspício
Que respiras do Céu! Esta grande alma,
Que estímulos de glória em tudo acende,
Por quem tanto entre os Deuses se contende!
(PROENÇA, 1996, p. 316).

Na passagem, é evidente a reivindicação que o poeta mineiro faz ao conde de Valadares a respeito da necessidade de expansão das frotas para um aumento nos rendimentos das Minas, porém, ao ser exaltado, o governador também era cobrado. Esta cobrança parte de um ex-secretário do Governo, homem conhecedor da administração local e, portanto, ciente dos problemas existentes.

A situação rude da região mineira provoca nos escritos de Cláudio Manuel da Costa a melancolia evidente na murmuração por ter de optar entre a “pátria” ou a “cultura”. Tal murmuração evidencia-se também no plano

3 E-Dicionário de termos literários de Carlos Ceia. Argumento. Disponível em http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=1082&Itemid=2 Acesso em 05 de novembro de 2012.

político, por exemplo, n”O Parnaso Obsequioso”, drama apresentado ao Conde de Valadares. Todo o poema é marcado pela insatisfação diante da precariedade da cultura mineira.

Hansen (2004) parte do estudo de *Cartas e Atas* do governo baiano, demonstrando que as insatisfações populares eram frequentes e que o conteúdo reivindicatório também se processa na poesia satírica de Gregório de Matos Guerra. Apesar do discurso de Cláudio Manuel da Costa não ser aqui apontado como satírico, percebe-se que suas reivindicações pautam-se em argumentos atrelados, principalmente às tópicas retóricas que, ao contrário das da sátira gregoriana, baseiam-se no elogio e não no vitupério.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em questão, em um primeiro momento, buscou mostrar algumas características sutis da poesia de Cláudio Manuel da Costa que revelassem seu descontentamento em relação ao governo das Minas Gerais da época. Essas questões foram levantadas com base na interpretação de trechos da obra “O Parnaso Obsequioso”. Observou-se a metodologia adotada pelo poeta para a escrita de seu drama e, para isso, utilizou-se como referencial teórico a *Retórica* de Aristóteles e as *Instituições Oratórias* de Quintiliano, manuais que direcionavam a escrita daquele período do Brasil Colonial.

A partir desta exposição, notou-se que os recursos de escrita utilizados pelo poeta estão atrelados à sua ideologia. Assim, buscou-se descortinar algumas características importantes da literatura colonial que ajudam na compreensão de questões pertinentes, como, por exemplo, o fato de se exaltar tanto a figura de um governante que, de certa forma, também, buscava lucros para a metrópole.

É importante destacar que, como homem público e de posses, Cláudio Manuel da Costa adequava-se às normas sociais e admitia a hierarquia, sabia respeitar suas regras e não podia expor-se com atos subversivos, inclusive pelo fato de ter pertencido à política. Neste meio, em uma época em que a desobediência às leis e aos excessos da metrópole era vista como desobediência a uma ordem e previa sérias penalidades, era comum que suas obras carregassem mostras sutis de críticas e que os atos de louvor a governantes continuassem a existir. Inclusive, que fossem utilizados para a exposição de reivindicações. O escritor, portanto, utiliza-se de estratégias inteligentes e até proveitosas, uma vez que os elogios eram feitos com base nos feitos heroicos do governante e auxiliavam na formação de sua

popularidade, além de ser considerada também uma forma de imortalizar seus atos pela escrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Melânia Silva de. A obra poética de Cláudio Manuel da Costa. Nova Edição. In. W. M. Miranda (Org.). *A trama do arquivo*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

_____. *O Jogo de Oposições na Poesia de Cláudio Manuel da Costa*. Belo Horizonte, 1973. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) — Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. *O legado árcade no Brasil: a difícil mudança*. Disponível em: http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3_coloquio_outubro/paginas/29.htm, Acesso em: 11 jul. 2008.

_____. Rasuras, censuras e outras inconfidências nos manuscritos de Cláudio Manuel da Costa. In. Maria Eunice Moreira. (Org.). *Histórias da Literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

ALCIDES, Sérgio. *Estes Penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a Paisagem das Minas*. São Paulo: Hucitec, 2003.

ARISTÓTELES. *A poética Clássica*. Introd. por Roberto de Oliveira Brandão. São Paulo: Cultrix, 1995.

CASTELLO, José Aderaldo. *A Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1962.

_____. *Manifestações Literárias do período Colonial*. São Paulo: Cultrix, 1981.

_____. *O Movimento Academicista no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1969.

E-DICIONÁRIO de termos literários de Carlos Ceia. *Argumento*. Disponível em http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=1082&Itemid=2 Acesso em: 20 maio 2013.

CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura européia e idade média*. Trad. Teodoro Cabral e Paulo Rónai. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1996.

ENCICLOPÉDIA *VERBO* DAS LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1995, vol. 1.

FRANCO, Caio de Mello. *O Inconfidente Cláudio Manuel da Costa*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.

GRACIÁN, Baltasar. *A Arte da Prudência*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

HORÁCIO. *A poética clássica*. São Paulo: Cultrix, 1995.

KANTOR, Íris, *Esquecidos e Renascidos*. São Paulo: Hucitec, 2004.

LAMEGO, Alberto. *A Academia Brasileira dos Renascidos*. Paris: E`Edition d`art gáudio, 1923.

LIMA, Y. D. *A Academia Brasileira dos Acadêmicos Renascidos*. Fontes e Textos. São Paulo, 1980. 316 p. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MEYER, Michel. *Questões de Retórica: Linguagem, Razão e Sedução*. Lisboa. Ed.70, 1997.

OLIVEIRA, Tarquínio. J. B. *Erário Régio de Francisco A. Rebelo (1768)*. Brasília: Escola de Administração Fazendária/ ESAF, 1976.

PALMA-FERREIRA, João. *Academias Literárias dos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.

PROENÇA FILHO, Domício. *A poesia dos Inconfidentes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

QUINTILIANO, M. Fábio. *Instituições Oratórias*. São Paulo: Edições Cultura, 1944.

RIBEIRO, João. *Obras Poéticas de Cláudio Manoel da Costa*. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro- Editor, 1903.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

Data de recebimento: 15 fev. 2013.

Data de aprovação: 30 abril 2013.